



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 14/SES/JRECURSOS/2022

PROCESSO Nº 1320.01.0034347/2021-46

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Caratinga

NMAA: Leste do Sul – Ponte Nova

URS: Coronel Fabriciano

SEI:1320.01.0034347/2021-46

ATIVIDADE SISAUD: 657

RECORRENTE: Sistema Municipal de Saúde/SMS

(Representado por seu Gestor, Sr. E.G.S.)

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria realizada pelo Núcleo Regional de Auditoria Assistencial ARAS Leste do Sul/Ponte Nova, no Sistema Municipal de Saúde de Caratinga e no prestador de serviços municipal, Laboratório Nossa Senhora Auxiliadora, em 16 de junho de 2021.

A Auditoria em questão foi realizada atendendo demanda via SEI: 1320.01.0026736/2021-97, da Coordenação de Gestão, Finanças e Prestação de Contas da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, a partir de solicitação do Ministério Público Estadual (Ofício nº 0354/2021/1ª PJ Caratinga) e teve como objetivo principal verificar e avaliar a garantia de acesso para realização de exames laboratoriais aos usuários do SUS no município, considerando a ordenação de fluxo de encaminhamento, a realização de exames conforme ordem/critérios de agendamento, bem como a ocorrência de possíveis cobranças de valores pela Policlínica Municipal e/ou Laboratório Nossa Senhora Auxiliadora.

Após emissão do Relatório Final de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 135 e nº 136, de 24 de março de 2022, em virtude de constatação não conforme, seguida de penalidade, imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011.

PARECER

Objetivando justificar a constatação não conforme indicada no Relatório Final de Auditoria, o SMS apresentou recurso, do qual conhecemos por sua tempestividade e legitimidade:

Penalidade de Advertência Escrita.

Constatação nº: 629931: A SMS de Caratinga não garante aos usuários do SUS procedimentos laboratoriais de forma a atender a demanda existente.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“A SMS de Caratinga não demonstrou o acompanhamento sistemático da oferta de exames laboratoriais em relação à demanda existente, por unidade de saúde, de modo a aferir se a cota disponibilizada às unidades atende à sua demanda. Em entrevista, o secretário municipal de saúde (E.G.S) declarou que o município não possui protocolos de acesso aos serviços de saúde e que o SCRA faz somente o acompanhamento da produção dos laboratórios, por meio da conferência de todos os exames realizados e valores e lista de pacientes atendidos, para disponibilizar os pagamentos aos laboratórios. Em entrevista, funcionários do SCRA (L.R.F.) (R.S) e (A.E.M), informaram que não emitem relatórios de análise da produção dos laboratórios de análises clínicas, nem da utilização das cotas pelas unidades de saúde. A gerente e enfermeira RT (S.F.G.) da Policlínica, responsável pela autorização e agendamento desta unidade, informou que gerencia a utilização da cota financeira da unidade utilizando a data prevista para retorno do paciente ao médico como um critério para o agendamento da autorização dos exames.

Informou ainda que há situações de necessidade de realização de exames que extrapolam o valor da cota mensal. Foram analisados os Termos de Contrato vigentes e Termos de Credenciamento, da SMS com os laboratórios de análises clínicas, os quais apresentam o valor total contratado. Entretanto, não foram apresentados os anexos destes contratos, os quais contém a relação de exames contratados, com seus respectivos valores, inviabilizando a verificação da oferta pela SMS de todos os procedimentos descritos na PPI. Verificado que as Unidades de Saúde registram lista de espera dos pacientes para exames laboratoriais, porém não realiza gestão das mesmas. Não foi evidenciado alternativas para realização de exame laboratorial, mediante a falta de cotas, aos usuários do SUS. ”

Manifestação do Sr. E.G.S enquanto Pessoa Física:

Por meio de OF/GAB/SECRETARIO/SMS/ nº 002/21 – Doc. Defesa (40549106) à pg. 135, datado de 04/01/2022, o Sr. EGS (Pessoa Física e Representante Legal da Pessoa Jurídica), manifestou-se da seguinte forma:

“...garante sim aos usuários do SUS procedimentos laboratoriais, sendo às vezes impossível atender todas demandas apresentadas em um curto espaço de tempo por diversos fatores que impactam nos serviços de saúde pública, mas nenhum caso de demanda urgente, no

atendimento conforme solicitado e triado pelos profissionais de saúde solicitantes dos exames, ficam sem o atendimento necessário, vale ressaltar que além da disponibilização de cotas de exames laboratoriais nas unidades de saúde, a secretaria através da Unidade Pronto Atendimento (UPA 24H) trabalha com demanda livre para o atendimento de todas as demandas de exames laboratoriais que requerem urgência. Todas as unidades de saúde de acordo com sua área de abrangência, realizam a gestão da fila de pedidos de marcação de exames laboratoriais, de acordo com os critérios de gravidade do quadro de paciente, urgência do exame e tempo de espera desde da requisição médica, sendo de autonomia dos profissionais que atendem e acompanham os históricos dos pacientes de cada unidade a priorização de cada exame. Outra alternativa para as unidades que a cota do mês não suprir a necessidade da demanda encontrada os coordenadores em contato com a gestão e na justificativa da urgência dos casos é liberado cotas extras às unidades solicitantes. O sistema de Ouvidoria do Município possui pouquíssima reclamação de usuários questionando o atraso na realização de exames laboratoriais. Os contratos com os laboratórios prestadores de serviços ao Município de Caratinga foram enviados via e-mail para audit.pno@saude.mg.gov.br no dia 28/06/2021. A Gestão da saúde acompanha mensalmente todas as cotas e exames marcados, através do sistema VERSASUS, temos o controle em tempo real da cota disponibilizada mês, o que foi gasto e cada saldo da unidade, que facilita a gestão dos recursos e exames necessários para o atendimento da demanda apresentada. Salientamos que na própria constatação nº629661 realizada por esta conceituada comissão em entrevista com 32 usuários que realizaram exames pelo SUS em laboratórios que realizam convênio com o Município não houve nenhuma reclamação e ainda 100% afirmaram não haver nenhuma irregularidade no atendimento. Diante do exposto afirmamos que esta Secretaria Municipal de Saúde não está medindo esforços para propiciar aos usuários do SUS, um atendimento humanizado, com acolhimento e diretrizes pautada no compromisso com a resolutividade nos atendimentos das demandas dos usuários.”

Manifestação do Recorrente, por meio do seu representante legal:

(...)

Assim cordialmente venho através deste informar que a Secretaria Municipal de Saúde garante aos usuários do SUS atendimentos nos procedimentos laboratoriais cada qual com a sua urgência, conforme solicitado e triado pelos profissionais de saúde solicitantes dos exames, os pacientes não ficam sem o atendimento necessário, vale ressaltar que além da disponibilização de cotas de exames laboratoriais nas unidades de saúde, a secretaria através da Unidade Pronto Atendimento (UPA 24 Horas) trabalha com demanda livre para o atendimento de todas as demandas de exames laboratoriais que requerem urgência.

Todas as unidades de saúde de acordo com sua área de abrangência, realizam a gestão da sua fila de pedidos de marcação de exames laboratoriais, de acordo com os critérios de gravidade do quadro do paciente, urgência do exame e tempo de espera desde a requisição médica, sendo de autonomia dos profissionais que atendem e acompanham os históricos dos pacientes de cada unidade a priorização de cada exame.

Outra alternativa para as unidades que a cota do mês não suprir a necessidade de demanda encontrada os coordenadores em contato com a gestão e na justificativa da urgência dos casos é liberado cota extra as unidades solicitantes.

O sistema de Ouvidoria do Município não possui nenhuma reclamação de

usuários questionando o atraso na realização de exames laboratoriais (conforme documento em anexo), ressaltou também que o Ministério Público não possui nenhum procedimento aberto ao Município, com solicitação de usuários que não conseguiram acesso ou obtiveram o pedido negado.

A Gestão da saúde acompanha mensalmente demanda, as cotas e exames marcados, através do sistema VERSASUS, temos o controle em tempo real da cota disponibilizada mês, o que foi gasto e cada saldo de unidade, que facilita a gestão dos recursos e exames necessários para o atendimento da demanda apresentada. (Segue em anexo print do sistema de acompanhamento e controle sistemático de cotas e exames).

Salientamos que na própria constatação nº 629661 realizada por esta conceituada comissão em entrevista com 32 usuários que realizaram exames pelo SUS em laboratórios que realizam convênio com o Município não houve nenhuma irregularidade no atendimento.

Diante do exposto ainda informamos que o Município de Caratinga recebe via PPI (Recurso Estadual) – Grupo 02 – Procedimentos com finalidade diagnóstica, subgrupo 0202 – Diagnóstico em laboratório clínico, o valor anual de R\$ 531.873,28 (Conforme documento em anexo) e no ano de 2021 teve um gasto financeiro de R\$ 1.493.604,04, ou seja, o Município complementando o valor de R\$ 961.730,76 para atender a demanda de exames laboratoriais apresentada (Conforme Relatórios de Faturamento em anexo contendo 4611 folhas e por questão de economicidade foi impresso folhas 1 e 4611.)

Sendo assim, conclui que o Município de Caratinga demonstra o acompanhamento sistemático da oferta de exames laboratoriais unidade por unidade, através do sistema VERSASUS, complementa o recurso de PPI em 2021, no valor de 961.730,76 para atender à demanda existente.

Afirmamos que esta Secretaria Municipal de Saúde não está medindo esforços para propiciar aos usuários do SUS, um atendimento humanizado, com acolhimento e diretrizes pautada no compromisso com a resolutividade nos atendimentos das demandas dos usuários.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas. ”

Pois bem, a Resolução CIT/GM nº 4 de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), estabeleceu:

“ANEXO I

(...)

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

4.1 Municípios

(...)

b. Realizar a identificação dos usuários do SUS, com vistas à vinculação de clientela e à sistematização da oferta dos serviços;”

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 1 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, contém as seguintes disposições.

(...)

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

(...)

CAPÍTULO II

DA RELAÇÃO NACIONAL DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (RENASES)

(...)

Art. 19. As ações e serviços de saúde constantes da RENASES serão oferecidos de acordo com os regramentos do SUS no tocante ao acesso, baseados em critérios de referenciamento na Rede de Atenção à Saúde, e se fundamentam em normas, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS. (Origem: PRT MS/GM 841/2012, Art. 6º) ”

Já a Portaria de Consolidação/GM/MS nº 2 de 28 de setembro de 2017 – consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde contém disposições no mesmo sentido:

(...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde

(...)

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO DO SUS

(...)

Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)

§ 1º São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)

I - garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, I)

II - garantir os princípios da equidade e da integralidade; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, II.)

Como verificado, o Recorrente informou que o Sistema de Ouvidoria não possuía nenhuma reclamação sobre a não realização de exames no município, e que a Secretaria Municipal de Saúde não estava medindo esforços para propiciar ao usuário um atendimento humanizado e de qualidade. Anexou, como forma de oferecer suporte probatório as suas alegações, cópia da Declaração da Coordenadora da Ouvidoria do SUS de Caratinga, afirmando não ter recebido nenhuma reclamação ou denúncia referente aos exames laboratoriais (Documento de Defesa (46908251), à pg.179).

Ainda, de acordo com informações do Recorrente, era feito o acompanhamento mensal pela gestão, por meio do sistema VERSASUS, para facilitar a gestão dos recursos e exames, sendo possível identificar em tempo real a cota disponibilizada por mês, o que foi gasto e o saldo de cada unidade. Encaminhou cópia do sistema VERSASUS – cadastro de cota - competência março/2022 – valor total, valor utilizado e valor restante, sendo possível identificar os valores por unidade de saúde (Documento de Defesa 469008251, às págs. 180 a 182, cópias das folhas 1 e 4611 do Relatório de Faturamento, às págs. 183 a 184, e cópia do demonstrativo da Pactuação Pactuada e Integrada – Janeiro /2021, à pg. 185.)

Concluiu informando que o município complementou o valor recebido via PPI no ano de 2021, para atender a demanda de exames laboratoriais, bem como realizou o acompanhamento sistemático da oferta desses exames.

Ante todo exposto, e tendo em vista a consistência da documentação apresentada, como forma de oferecer suporte probatório às alegações, consideramos que a irregularidade identificada foi justificada/corrigida.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e que foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastar a irregularidade identificada pela equipe de auditoria, situação em que entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar a penalidade.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatada reincidência da não conformidade aqui assinalada, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2022.

SEI nº 53298931